

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2025**

O Município de Salvador, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS, inscrita no CNPJ sob nº 13.927.801/0005-72, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO - TIPO MENOR PREÇO**, nos moldes do que consta do Processo Administrativo nº **52356/2025**, regendo-se pelas condições estabelecidas neste Edital, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis.

### **1. DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CEDIDOS À DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, visando futuras aquisições, de acordo com a conveniência e necessidade da Administração Pública Municipal.

### **2. DO VALOR ESTIMADO**

2.1 O valor total estimado da presente licitação é de **R\$ R\$ 1.559.160,00 (um milhão quinhentos e cinquenta e nove mil e cento e sessenta reais)**, para os quantitativos constantes do Anexo II do Edital;

2.2 Os demais valores estimados estão descritos no Anexo I do Edital (Modelo de Proposta de Preços).

### **3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:**

- a) Acolhimento de Proposta: 13/11/2025 às 09h30min
- b) Sessão Pública: 14/11/2025 às 10h00min
- c) O interessado deverá observar, rigorosamente, as datas e os horários limites para o recebimento e a abertura da **proposta, atentando, também, para o início da disputa.**

### **4. DAS DESPESAS E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

4.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos consignados ao orçamento da Secretaria abaixo indicada, do exercício financeiro do ano de 2025, devidamente ajustadas nas dotações do exercício subsequente, impondo-se sempre que seja providenciada a prévia dotação orçamentária e, se cabível, o respectivo pré-empenho antes da celebração de qualquer contratação a ser efetivada em decorrência da presente licitação:

<b>ÓRGÃO</b>	<b>PROJETO/ATIVIDADE</b>	<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>	<b>FONTE DE RECURSOS</b>
SMS	10.122.0014.250106		1.600.3.0.0.000
	10.302.0002.215100	3.3.90.39	1.500.1.1.3.001
	10.302.0002.215600	3.3.90.30	1.754.1.0.0.000
	10.301.0014.232300		1.753.3.1.1.001

### **5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

5.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras eletrônico Licitações-e do Banco do Brasil, endereço eletrônico: **[licitacoes-e2.bb.com.br](https://licitacoes-e2.bb.com.br)**.

- 5.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sistema de Compras eletrônico indicado no caput, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 5.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 5.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 5.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 5.5 Não poderá disputar esta licitação:
- I aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo(s);
  - II autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - III empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - IV pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - V aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - VI empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - VII pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - VIII agente público do órgão ou entidade licitante;
  - IX pessoas jurídicas reunidas em consórcio, quando devidamente justificado pela Administração, nos termos do art. 15, *caput*, da Lei nº 14.133/2021;
  - X Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 5.5.1 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133/2021.
- 5.6 O impedimento de que trata o inciso IV do item 5.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 5.7 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem o inciso II do item 5.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento

da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.7.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

- 5.8 O disposto no inciso II do item 5.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 5.9 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 5.10 A vedação de que trata o inciso VIII do item 5.5 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 6.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema:
- 6.3.1 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 6.3.2 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 6.3.3 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 6.3.4 que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.5 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 e 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.
- 6.6 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.7 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- I a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- II os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

- 6.8 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- I valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
  - II percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 6.09 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.8, incisos I e II, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.10 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.11 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 6.12 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- I Valor global do item;
  - II Marca;
  - III Fabricante;
  - IV Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 6.13 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.14 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.15 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.16 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.
- 6.17 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.18 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.19 O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.20 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação até a abertura da sessão pública.
  - 7.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
  - 7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - 7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente essas participarão da fase de lances.
- 7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.
- 7.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)**.
- 7.10 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.11 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 7.12 **No modo de disputa “ABERTO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  - 7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
  - 7.12.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 7.12.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
  - 7.12.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
  - 7.12.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.13 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

- 7.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.19 Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda todas as condições do instrumento convocatório e seu preço seja compatível com o valor estimado para a contratação e dentro da realidade do mercado.
- 7.20 Só poderá haver empate entre propostas iguais e não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.20.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:
- I disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
  - II avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
  - III desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
  - IV desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.20.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- I empresas estabelecidas no território do Estado em que este se localize;
  - II empresas brasileiras;
  - III empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - IV empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.21 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.21.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.21.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.21.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.21.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.21.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.22 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DO JULGAMENTO**

- 8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, na legislação correlata e no item 5.7 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, e mediante a consulta aos cadastros previstos no art.91 § 4º da referida Lei e aos cadastros utilizados pelo Município do Salvador:
- 8.2 Atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.3 Será desclassificada a proposta vencedora que:
- I conter vícios insanáveis;
  - II não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência, neste Edital e seus Anexos;
  - III apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - IV não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - V apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.4 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.5 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.6 Não será causa de desclassificação as irregularidades formais que não afetem o conteúdo das propostas ou não impeçam o seu entendimento e que não comprometam os interesses da Administração.
- 8.6.1 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço, e que se limite a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.6.2 Serão objeto de saneamento, mediante ato motivado do Pregoeiro, os erros materiais irrelevantes, considerados aqueles cuja ocorrência não comprometam a Administração e a idoneidade do documento ou a perfeita compreensão do conteúdo da proposta.
- 8.7 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.8 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.9 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

## **9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

- 9.1 A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 fica limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda que não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite para fins de habilitação.

- 9.2 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:
- I a Microempresa - ME ou a Empresa de Pequeno Porte - EPP mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste Edital, ser adjudicatária;
  - II não sendo adjudicatária a Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP mais bem classificada na forma do inciso anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
  - III o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 9.3 Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.
- 9.4 As disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 não se aplicam:
- I no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
  - II no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

## **10. DA NEGOCIAÇÃO**

- 10.1 O pregoeiro deverá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observados o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
- 10.2 A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 10.3 Após a negociação a proposta que apresentar valor superior ao estabelecido em orçamento estimado contido neste Edital será desclassificada.

## **11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

- 11.1 Encerrada a etapa competitiva de lances, exercido o direito de preferência e concluída a negociação, o pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade das especificações técnicas com as exigências contidas neste Edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no *chat* durante a sessão.
- 11.2 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:
- I for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

II apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

- 11.3 Serão desclassificadas, da mesma forma, as propostas que não atenderem às demais condições estabelecidas neste Edital e anexos.
- 11.4 O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica dos outros setores do Órgão ou Entidade a fim de subsidiar sua decisão e da assessoria jurídica quando existir dúvida jurídica.
- 11.5 Não se considerará qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

## **12 DA HABILITAÇÃO**

12.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade de o licitante cumprir com o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

12.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC.

12.2 As empresas Licitantes apresentarão os documentos especificados a seguir:

- I Documentação relativa à habilitação jurídica;
- II Documentação relativa à habilitação fiscal, social e trabalhista;
- III Documentação relativa à qualificação econômica e financeira;
- IV Documentação relativa à qualificação técnica;
- V Documentação complementar solicitada no Edital.

12.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, estas deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal;

12.4 A Habilitação Jurídica deverá ser comprovada pelos seguintes documentos:

I Pessoa física:

- a) Cédula de identidade - (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

II Empresário individual:

- a) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

III Microempreendedor Individual - MEI:

- a) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

IV Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal - SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI:

- a) Inscrição do ato constitutivo;
- b) Estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

V Sociedade empresária estrangeira:

- a) Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução

Normativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

VI Sociedade simples:

- a) Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

VII Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:

- a) Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

VIII Sociedade cooperativa:

- a) Ata de fundação;
- b) Estatuto social e a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede;
- c) Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, conforme art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

IX Agricultor familiar:

- a) Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

X Produtor Rural:

- a) Matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil - RFB nº 2110, de 17 de outubro de 2022.

12.4.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.5 A Habilitação fiscal, social e trabalhista deverá ser comprovada pelos seguintes documentos:

- I inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- II inscrição no Cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver;
- III Certidão de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- IV Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS;
- V Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- VI Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12.5.1 O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12.5.2 O cadastro de contribuinte estadual e municipal deverá ser relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.6 A Qualificação Econômico-Financeira deverá ser comprovada pelos seguintes documentos:

- I Balanço patrimonial;
- II Demonstrações do resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- III Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**IV Comprovante de que possui Patrimônio Líquido Mínimo de até 10% do valor estimado do lote arrematado, a saber:**

- **Para o lote único: montante mínimo de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais).**

V Certidão expedida por órgão oficial do respectivo país estrangeiro;

12.6.1 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão ser apresentados mediante cópia do Termo de Abertura e do Termo de Encerramento assinados pelo contador responsável e pelo representante legal da empresa;

12.6.2 Em se tratando de Sociedade por Ações - S/A, deverá ser apresentada a publicação em Órgão de Imprensa Oficial;

12.6.3 As sociedades com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenham balanço de final de exercício, deverão apresentar demonstrações contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativo ao período de sua existência;

12.6.4 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.6.5 A Certidão expedida por país estrangeiro deverá atestar que a empresa estrangeira não se encontra em processo de falência, concordata ou outro instituto assemelhado que possa de qualquer forma comprometer o fiel cumprimento das obrigações, devendo ser observada a respectiva data de vigência.

12.6.6 A proposta e quaisquer documentos deverão ser apresentados em português, idioma em que também será redigido o Contrato. Serão aceitos documentos em outros idiomas, desde que acompanhados de tradução para o idioma português, firmada por tradutor juramentado e autenticados por autoridade consular brasileira, caso em que tal tradução prevalecerá sobre os originais;

12.7 A **Qualificação Técnica** deverá ser comprovada pelos seguintes documentos:

12.7.1 Atestado de capacitação técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

12.7.2 Declaração de que dispõe ou se compromete a dispor em suas instalações os aparelhos, equipamentos, instrumentos e ferramentas adequados e disponíveis para realização do objeto da licitação, conforme lista prevista no item 9.1.1 deste Termo de Referência.

12.8 Acerca da documentação comprobatória da Qualificação mencionada nos itens anteriores, deve-se observar o que segue:

12.8.1 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.8.2 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.8.3 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.8.4 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.8.5 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou

de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 12.8.6 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 12.9 O pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.
- 12.10 Havendo a necessidade de envio de documentos para a confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, ou, ainda, de envio de documentos não juntados, mas que comprovem que na data da apresentação da proposta o licitante atendia às condições de aceitabilidade da proposta e de habilitação, o licitante será convocado a encaminhá-los, via sistema eletrônico, no prazo fixado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação ou de inabilitação, prazo durante o qual a sessão não será suspensa.
- 12.11 Em se tratando de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP, aplica-se o disposto no artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.
- 12.12 A não regularização da documentação no prazo previsto na legislação mencionada no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 12.13 Se a proposta for desclassificada ou, ainda, se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

## **13 DA VISTORIA**

### **13.1 DA REALIZAÇÃO DE VISTORIA PELA SMS**

- 13.1.1 Após o ato de declaração do vencedor no sistema eletrônico, exaurida a fase recursal e antes do ato homologatório, como condição para assinatura do contrato, a área técnica realizará vistoria no endereço das instalações da licitante para avaliar as condições físicas, pessoal, aparelhamento e ferramentas, conforme previsto abaixo:
- Área coberta para abrigar no mínimo 20% da frota de veículos, totalmente murada (para todos os lotes);
  - Cobertura nas áreas de serviços (para todos os lotes);
  - Equipamento de check-up eletrônico (para o lote 3);
  - Máquina de limpeza de bicos injetores (para o lote 3);
  - Aparelho de diagnóstico de injeção (para o lote 3);
  - Equipamento de análise eletrônica e diagnóstico (para análise e leitura das partes elétricas e eletrônicas do veículo (para o lote 3);
  - Macaco hidráulico (para os lotes 3 e 4);
  - Medidor de pressão do sistema de arrefecimento (para o lote 3);
  - Elevador de veículos (para o lote 3);
  - Balanceadora (para o lote 4);
  - Rampa para alinhamento (para o lote 4);
  - Alinhador computadorizado (para o lote 4).
- 13.1.2 A vistoria tratada no subitem 9.1.1 será realizada 03 (três) úteis dias após o exaurimento da fase recursal.

### **13.2 DA REALIZAÇÃO DE VISTORIA PELAS LICITANTES**

- 13.2.1 É facultado as licitantes a realização de vistoria da frota dos veículos da SMS, que se encontram na sede da Garagem, sito à Rua Visconde de Porto Alegre, nº 09 – IAPI, e

nas demais unidades da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, dentro dos limites do município da cidade do Salvador para conhecimento das condições de conservação.

- 13.2.2 Para vistoriar os veículos, as empresas interessadas deverão procurar, através de um responsável técnico, a Subcoordenação de Atendimento e Serviços Gerais - CAD, telefone (71) 3202-1020, na sede da SMS, na Rua da Grécia, Comércio, Caramuru, de 13:00h às 17:00h, (três) dias úteis anterior à data da realização da licitação, recebendo a(s) Declaração (ões) de Vistoria que será (ao) assinadas pelo Representante Técnico da empresa e pelo Subcoordenador da CAD.
- 13.2.3 Não será admitida, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos serviços e de dificuldade técnica não prevista.

#### **14. DOS RECURSOS**

14.1 Caberá recurso em face de:

- I julgamento das propostas;
- II ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- III anulação ou revogação da licitação.

14.2 Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:

- I a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente em até 10 (dez) minutos exclusivamente no sistema eletrônico, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 3 (três) dias úteis será iniciado a partir ato de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art.17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento;
- II a apreciação se dará em fase única.

14.3 Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.

14.4 A ausência de manifestação imediata e motivada quanto a intenção de recorrer no prazo estabelecido, importará na decadência desse direito, autoriza a Administração a adjudicar o objeto a licitante vencedora.

14.5 O pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema eletrônico.

14.6 O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da declaração do vencedor, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, contados da disponibilização das razões do recurso no sistema, nos moldes do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

14.7 O não oferecimento de razões no prazo previsto implicará em não conhecimento do recurso.

14.8 As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo pregoeiro serão a ele dirigidos, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.9 As razões e contrarrazões de recurso deverão ser enviados/anexados, exclusivamente, no sistema eletrônico.

14.10 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

14.11 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.12 O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

- 15.1 O objeto deste pregão será adjudicado ao licitante vencedor.
- 15.2 A homologação do resultado deste pregão compete a autoridade competente da Secretaria Municipal de Saúde.

## **16. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

- 16.1 Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, assinar o instrumento contratual.
- 16.2 A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do Termo de Referência.
- 16.3 As contratações decorrentes dos itens de cota principal e de cota reservada ocorrerão inicialmente pelo menor preço, independentemente da qualificação da contratada.
- 16.4 Por ocasião da assinatura do instrumento contratual, será verificado no Certificado de Registro Cadastral - CRC e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

## **17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 17.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Licitante que com dolo ou culpa:
- I deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
  - II salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:
    - a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - d) deixar de apresentar amostra;
    - e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.
  - III não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
    - a) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
  - IV apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
  - V fraudar a licitação;
  - VI comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - VII praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - VIII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 17.2 Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I advertência;
  - II multa;
  - III impedimento de licitar e contratar;
  - IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - II as peculiaridades do caso concreto;
  - III as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - IV os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - V a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5 a 30 % incidente sobre o valor do contrato ou empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 16.4.1 Para as infrações previstas no item 16.1, incisos I, II e III a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 16.4.2 Para as infrações previstas no item 16.1, incisos de IV a VIII, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 17.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar, contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 17.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 17.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no item 16.1 incisos I, II e III, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 17.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no item 16.1, incisos de IV a VIII, bem como pelas infrações administrativas previstas no item 16.1 incisos I, II e III que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no § 5º do art. 156, , da Lei n.º 14.133/2021.
- 17.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1 inciso III, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 58 §3º da Lei n. 14.133/2021.
- 17.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido pela Comissão de Cadastro e Avaliação de Fornecedores - COMPEC, da Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 17.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 17.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 17.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 17.14 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **18. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

- 18.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste pregão, por irregularidade na aplicação de Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, mediante petição, a ser enviada exclusivamente para o endereço: [copel.saudesalvador@yahoo.com](mailto:copel.saudesalvador@yahoo.com).
- 18.2 A comissão de licitação, auxiliada do setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação do certame.
- 18.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 1.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 18.4 Acolhida a impugnação do certame, será designada nova data para sua realização, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 18.5 As impugnações serão enviadas eletronicamente em formato *Portable Document Format* - PDF, com **tamanho máximo de 5 (cinco) megabytes**.
- 18.6 Os pedidos de esclarecimento deverão ser enviados exclusivamente *via internet*.
- 18.7 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

## **19. DA ANTICORRUPÇÃO**

- 19.1 Os licitantes e contratados devem observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- I prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- II prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- III prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- IV prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- V prática obstrutiva:
- a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista deste Edital;
- b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

- 19.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
- 19.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## **20. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 20.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 20.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.
- 20.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 20.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.8 À autoridade superior compete anular este pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.
- 20.9 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhe validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 20.10 É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste Edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 20.11 Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos licitantes para efeitos de julgamento deste pregão.
- 20.12 Poderá ser solicitada tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, de documentos emitidos em língua estrangeira, que também deverão ser devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.
- 20.13 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo prevalecerá as deste Edital.
- 20.14 Este pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública alterada desde que motivado o ato do adiamento.

- 20.15 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 21.15.1 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.16 São partes integrantes deste Edital:
- ANEXO I - Modelo de Proposta de Preço (contendo os valores da Estimativa de Preços)
  - ANEXO II - Termo de Referência;
  - ANEXO III - Modelo de Declaração a serem apresentadas juntamente com a proposta:
    - a) declaração negativa de relação familiar ou parentesco;
    - b) declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018;
    - c) declaração de integralidade dos custos;
    - d) declaração de reserva de cargos;
    - e) declaração de que pode usufruir dos benefícios de ME e EPP;
    - f) declaração de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º. Da Constituição Federal;
    - g) declaração de pleno conhecimento do edital e anexos;
    - h) declaração de atendimento ao decreto municipal Nº 23.856/2013.
  - ANEXO IV – Minuta do Contrato
- 20.17 Até que esteja sendo amplamente utilizado o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, para fins de garantir a ampla publicidade, este Edital será divulgado na página eletrônica da Prefeitura Municipal do Salvador - PMS, no endereço eletrônico: [compras.salvador.ba.gov.br](http://compras.salvador.ba.gov.br), no portal [compras.gov.br](http://compras.gov.br) .

## **21. DO FORO**

- 21.1 As questões decorrentes das previsões deste Edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Salvador, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Salvador, data da assinatura eletrônica do Edital.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2025**

**ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS</b>		<b>PREGÃO N.º /2025 (RESPOSTA)</b>
<b>COMISSÃO SETORIAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b>		
TEL:	FAX:	
RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR		
NOME/CONTATO:		

**LOTE ÚNICO - COM PARTICIPAÇÃO AMPLA DE INTERESSADOS.**

**(Valores em Reais conforme Estimativa de Preços)**

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. ESTIMADA H/H/MÊS (Y)	VALOR HOMEM/HORA/MÊS R\$	VALOR MENSAL DO SERVIÇO
SERVIÇO (MÃO DE OBRA)	HOMEM/HORA/MÊS (H/H/MÊS)	300	299,76	89.930,00
MATERIAL (PEÇAS ACESSÁRIOS COMPONENTES E/OU MATERIAIS)	% DESCONTO	<b>VALOR ESTIMADO DAS PEÇAS/MÊS (Z)</b>	<b>PERCENTUAL DESCONTO (%)</b>	<b>VALOR TOTAL DAS PEÇAS</b>
		40.000,00		40.000,00
<b>VALOR TOTAL MENSAL</b> Formula: $VTM = (h/h \times Y) + (z-\%)$				<b>129.930,00</b>
<b>VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO</b>				<b>1.559,160</b>

$VTM = (H/H \times Y) + (Z-\%)$ , sendo:

H/H = valor do homem hora com no máximo duas casas decimais, depois da virgula.

% = Percentual de desconto sobre os preços unitários das peças a serem fornecidas constantes a tabela do fabricante, com no máximo duas casas decimais, depois da virgula.

Z = Valor estimado peças mês

Y = Quantidade estimada de hora/homem por mês

Declaro que nos preços estão inclusas todas as despesas que incidem direta e indiretamente sobre os serviços prestados, tais como impostos, taxas, tributos, insumos, mão de obra e outras.

Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA</b>	
<b>OBSERVAÇÕES:</b>	

Declaro que no preço cotado estão inclusas todas as despesas, tais como frete, seguro, taxas, tributos e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado, bem como o produto será entregue no estabelecimento do contratante, sem ônus (CIF/Salvador).

SOLICITANTE/PROCESSO	VALIDADE DA PROPOSTA	PRAZO DE ENTREGA
FORNECEDOR		
	____/____/____ DATA	_____ ASSINATURA/CARIMBO

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2025**

### **ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS – SMS**

##### **1 INTRODUÇÃO**

O presente processo destina-se à contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e acessórios, da frota de veículos próprios e cedidos à disposição da Secretaria Municipal de Saúde - SMS. Serão amparados pelo contrato, objeto deste processo, todos os veículos relacionados nesse Termo de Referência.

##### **2 OBJETO**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios da frota de veículos próprios e cedidos à disposição da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência

##### **3 JUSTIFICATIVA**

O uso intensivo dos veículos da frota da Secretaria Municipal de Saúde, nos serviços pertinentes, torna imprescindível à manutenção preventiva e corretiva (mecânica, elétrica, funilaria e pintura), bem como de aplicação e/ou fornecimento de peças e acessórios básicos, para que os mesmos estejam sempre em perfeitas condições de funcionamento. Para tanto, a disponibilidade das instalações, equipamentos e ferramentas e a aplicação de peças e acessórios básicos originais, bem como a qualidade da mão-de-obra para a execução dos serviços a serem contratados são fatores preponderantes para a composição dos preços ofertados pelos licitantes, e conseqüentemente de competitividade que se espera da licitação, garantindo assim a conservação do patrimônio público.

A contratação de empresa para este objeto decorre, além da inexistência de pessoal técnico no quadro efetivo da SMS, o tempo de uso dos veículos apresentam sinais de desgaste, os componentes mecânicos devem ser avaliados e até mesmo se necessários trocados, para que os veículos permaneçam sempre com seu funcionamento adequado para uso.

##### **4 DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços abrangidos são os de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças originais do fabricante ou fornecedor autorizado, borracharia, e transporte por guincho até a oficina.

###### **4.1 Deverão fazer parte dos serviços a serem executado;**

- 4.1.2 Vidraçaria incluindo desmontagem e montagem;
- 4.1.3 Mecânica em geral (referente a todo o veículo);
- 4.1.4 Ignição, carburação e injeção;
- 4.1.5 Parte elétrica e eletrônica em geral;
- 4.1.6 Suspensão/direção (incluindo alinhamento e balanceamento), freios, tração e transmissão;
- 4.1.7 Serviços de arrefecimento e calafetação;
- 4.1.8 Serviço em lastro;

- 4.1.9 Serviços de funilaria, lanternagem e pintura em geral;
- 4.1.10 Reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, por sua conta, no total ou em parte, de peças ou partes em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços e/ou de materiais empregados
- 4.1.11 Serviço de guincho (reboque), da empresa contratada, que funcione 24 (vinte e quatro) horas diárias, aos veículos objeto da prestação de serviços, conforme a necessidade da CONTRATANTE.

#### **4.2 Das especificações dos serviços de revisão do sistema de transmissão:**

Os serviços de revisão do sistema de transmissão consistem em lubrificação de diferencial, caixa de câmbio, folgas, balanceamento de eixo se houver, juntas homocinéticas, trizetas e suas respectivas coifas, pontos de eixos e outros.

#### **4.3 Das especificações dos serviços de revisão do sistema de direção:**

Os serviços de revisão do sistema de direção consistem em aperto dos parafusos, regulagem e conferência de terminais, lubrificação (graxa e óleo), barra de direção, bomba de direção, folgas, correia da bomba, caixa de direção e outros.

#### **4.4 Das especificações dos serviços de revisão do sistema de freios:**

Os serviços de revisão do sistema de freios consistem em regulagem de freio, verificação do desgaste das pastilhas, lonas, discos, tambores, nível de fluido e substituição, verificação de servo-freio, cuícas de freio, cilindros mestres e auxiliares, freio de estacionamento (cabos, pedais, alavancas), válvulas (pneumáticas), aro dos pneus e outros.

#### **4.5 Das especificações dos serviços de revisão do sistema de arrefecimento:**

Os serviços de revisão do sistema de arrefecimento consistem em exame do radiador, verificação do nível de água, mangueiras, fluido de radiador e outros.

#### **4.6 Das especificações dos serviços de revisão de motor:**

Os serviços de revisão de motor: consistem em verificação das correias, óleo, filtro de óleo e de combustível, juntas e demais componentes, substituindo peças necessárias e outros.

#### **4.7 Das especificações dos serviços de revisão do sistema de suspensão:**

Os serviços de revisão do sistema de suspensão: consistem em verificação das molas, amortecedores, batentes, coifas, bandejas superiores e inferiores, buchas, pivôs, barra estabilizadora, rolamentos internos e externos e outros.

#### **4.8 Das especificações dos serviços de lanternagem, funilaria e pintura:**

- 4.8.1 Deverão ser realizados sempre que for demandado, mediante orçamento aprovado pela fiscalização do contrato e emissão de Ordem de Serviço por parte da Contratante.
- 4.8.2 Consiste nos serviços de desamassamento, recuperação e quando irrecuperável, substituição das partes danificadas da lataria e pintura; serviços de solda em geral; reforma ou recuperação de assentos, forros do teto e laterais, com aplicação de material de mesmo padrão e qualidade, mantendo a originalidade do fabricante do veículo; remoção de plotagem, polimento e/ou raspagem.

#### **4.9 Das especificações dos serviços de revisão do sistema elétrico e eletrônico:**

Consiste na verificação, conserto e/ou substituição quando necessário, de componentes que integram esse sistema, incluindo acessórios de sinalização e outros.

#### **4.10 Das especificações dos serviços de substituição dos vidros:**

Deverá ocorrer a substituição dos vidros e espelhos sempre que necessário, visto não se prever a necessidade de sua ocorrência. Deverá ser feito mediante orçamento aprovado pela fiscalização do contrato e emissão de Ordem de Serviço por parte da Contratante.

### **5 DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

Compreende o exame do veículo em condições de uso e funcionamento, visando identificar e prevenir a ocorrência de possíveis defeitos e executar qualquer serviço que envolva calibração, ajustes, testes e revisões. Ocorrerá sempre com intervalos regulares de quilometragem percorrida ou tempo, conforme estabelecido nos manuais dos veículos, compreendendo a substituição de peças com vida útil pré-determinada (exceto veículos em período de garantia, que utilizarão apenas os serviços de limpeza).

A primeira manutenção preventiva deverá ser realizada em todos os veículos em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, sendo após estabelecido um cronograma de manutenção preventiva para cada veículo conforme estimado pelo fabricante.

A manutenção preventiva, onde neste serão fornecidos os seguintes materiais, além de toda a mão de obra:

- 1- Filtro e óleo do motor;
- 2- Filtro Separador;
- 3- Filtro de ar;
- 4- Rodízio, alinhamento, balanceamento e calibragem dos pneus;
- 5- Líquido de arrefecimento;
- 6- Óleo de freio
- 7- Descarbonização do motor (caso necessário);
- 8- Lavagem interna e externa do veículo;
- 9- Higienização do ar condicionado (caso necessário);

Além dos materiais acima, na manutenção preventiva deverá ser verificada toda a parte elétrica e eletrônica, motor, suspensão, sistema de refrigeração e ar condicionado, estofamento, mecânica em geral, chaparia e outros serviços de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para cada veículo, sendo elaborado um relatório técnico descrevendo os problemas encontrados e possíveis soluções para avaliação do fiscal do contrato.

Será obrigatória o fornecimento da garantia legal de 90 dias sobre os serviços realizados da manutenção preventiva.

#### **5.1 Os serviços de Manutenção Preventiva deverão ser realizados com a observância dos itens abaixo e em quantidade de acordo com ANEXO II.**

- a) As manutenções deverão ser agendadas com o fiscal do contrato que se encarregará da programação;
- b) Após a realização da primeira manutenção preventiva, as seguintes serão realizadas conforme quilometragem ou tempo especificados pelo fabricante ou fiscal do contrato, de cada veículo ou a cada 10.000 km / 06 meses, independentemente da manutenção corretiva;
- c) Os veículos, quando retirados para manutenção preventiva deverão ser devolvidos pela contratada em até 02 (dois) dias úteis;
- d) Fica terminantemente proibida a retirada de peças e equipamentos de um veículo para utilização/conserto de outro, salvo ordem expressa, por escrito, do fiscal do contrato;

- e) As peças substituídas deverão ser apresentadas ao fiscal do contrato no momento da devolução do veículo para conferência e após o Contratado deverá realizar seu devido descarte.

## **6 DA MANUTENÇÃO CORRETIVA**

- a) Sempre que solicitado, deverá ser apresentado, no prazo de 24 horas, relatório descrevendo os motivos do desgaste e/ou dano da peça a ser substituída, a fim de identificar se a causa foi o desgaste natural, acidente ou imperícia;
- b) Os veículos que não tiverem os serviços aprovados deverão ser retirados da oficina e recolhidos em local indicado pela contratante;
- c) Compreende um conjunto de serviços que visa a reparar avarias; a manter a integridade e, principalmente, a tornar operacional o veículo ocasionalmente desativado em decorrência de eventuais defeitos provenientes do funcionamento continuado, abrangendo reparação, substituição de peças, restauração de componentes e todas as atividades necessárias à garantia do perfeito funcionamento do veículo defeituoso, conforme os manuais e normas técnicas específicas para cada modelo;
- d) Compreenderá os serviços na parte eletroeletrônica, motor, suspensão, sistema de refrigeração e ar-condicionado, estofamento, mecânica em geral, pneus e outros, inclusive teste geral **(exceto veículos em período de garantia, que utilizarão apenas os serviços de borracharia e guincho quando necessário)**.

### **6.1 Os serviços de manutenção corretiva atenderão:**

- a) Aos sistemas mecânicos de:
- 1) Direção com substituição da caixa;
  - 2) Embreagem;
  - 3) Escapamento;
  - 4) Freio;
  - 5) Motor;
  - 6) Regulagem;
  - 7) Suspensão;
  - 8) Transmissão;
  - 9) Retífica de motores.
- b) Aos sistemas eletroeletrônicos de:
- 1) Alternador;
  - 2) Motor de partida;
  - 3) Motor do limpador de pára-brisas e paletas
  - 4) Eletro ventilador;
  - 5) Chicote e lâmpadas;
  - 6) Fusíveis;
  - 7) Regulagem de faróis;
  - 8) Ar condicionado.
  - 9) Consertos em giroflex, sirene e rádios;

- c) Parte de funilaria e pintura:
  - 1) Recuperação de pára-choques;
  - 2) Capotaria;
  - 3) Lanternagem;
  - 4) Serviços de plotagem;
  - 5) Borracharia;
  - 6) Fluido e acessório de reposição;
  - 7) Aplicação e reparo em fibra de vidro;
  - 8) Pintura em geral;
  
- d) Parte de borracharia:
  - 1) Montagem de pneu;
  - 2) Conserto de pneu.
  - 3) Serviços de manutenção corretiva de alinhamento de balanceamento
  
- e) Demais sistemas e componentes não listados acima.

**6.1.2 Os serviços de Manutenção Corretiva deverão ser realizados com a observância dos itens abaixo:**

- a) A cada serviço, a CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, um orçamento prévio que deverá ser apresentado de forma detalhada, abrangendo a marca, modelo / ano e número de placa do veículo, o nome e quantidade de peças e / ou acessórios e serviços a serem executados;
- b) O orçamento deverá ser fornecido em duas vias, visando a facilitação do controle e gerenciamento dos serviços prestados e dos materiais adquiridos.
- A primeira ficará sob a posse do fiscal do contrato e a segunda será restituída à CONTRATADA;
- c) Em caso da necessidade de substituição de peças, equipamentos, componentes, ou acessórios, a Contratada deverá fornecer orçamento com os valores estipulados pelos catálogos dos Fabricantes, Revendedores autorizados, Distribuidores e Varejistas de auto peças ( peças e acessórios novos e de primeiro uso/ originais de preferência, com garantia de fábrica/montadora), de todo mercado nacional, válido da data de solicitação do orçamento, com aplicação do respectivo desconto contratado, para apreciação e análise de preços por parte do Fiscal do contrato;
- d) Deverá ser indicado, obrigatoriamente, no orçamento prévio, o prazo para execução dos serviços orçados, constando a data da entrada do veículo na oficina da CONTRATADA;
- e) Caso o Servidor nomeado pela Administração não concorde com os preços orçados, o mesmo providenciará no mínimo 03 (três) orçamentos do material, para formação do preço médio, que servirá de parâmetro para negociação entre o representante da Administração e a Contratada, não sendo admitida a compra no valor acima do preço médio de mercado;
- f) Caso a Contratante verifique que a referida Contratada apresenta nos orçamentos do fornecimento de peças, preços acima dos verificados no mercado global, o Fiscal de contrato poderá solicitar novo orçamento exigindo reajuste de valor. Neste caso, a Contratante só pagará à Contratada após reajuste do valor correspondente;

- g) Quando da solicitação do orçamento prévio, a CONTRATANTE, determinará o prazo máximo para apresentação, que não poderá exceder 24 (vinte e quatro) horas úteis;
- h) Os serviços da Manutenção corretiva só poderão ocorrer **após aprovação do orçamento pelo fiscal do contrato**, representante da SUBCOORDENAÇÃO ATENDIMENTO E DE SERVIÇOS GERAIS da CONTRATANTE;
- i) Os prazos de entrega do veículo, após a realização da manutenção corretiva, e da apresentação de orçamento poderão ser alterados, desde que devidamente justificado e antes do vencimento do prazo previamente estabelecido, com a necessária anuência da CONTRATANTE;
- j) O fornecimento de peças, equipamentos, acessórios e outros a serem utilizados no caso de consertos dos veículos deverão ser novos; genuínos ou originais, ou recomendados pelo fabricante; compatíveis com o veículo.
- l) Os materiais que tratam o item acima não poderão ser usados, reconicionados, remanufaturados, ou de procedência duvidosa;
- m) O valor das peças será composto pelo preço de compra do Contratado junto aos seus fornecedores, acrescido dos devidos impostos (ICMS, PIS e COFINS) e frete.
- n) **Para pagamento das peças o contratado deverá apresentar a nota fiscal original da compra junto com a nota fiscal de repasse da empresa.**
- o) Caso ocorra dificuldade na aquisição de peça de forma unitária, será permitido, desde que solicitado e autorizado previamente ao fiscal do contrato, a compra conjunta de peças que serão utilizadas para a substituição em momento futuro, nos veículos constantes neste contrato.
- p) **Na hipótese de ser necessária a substituição de peça e/ou acessórios que não se encontrem disponíveis no mercado (originais e genuínos) e que não constem na tabela de peças e/ou acessórios originais do fabricante, o valor pago será aquele de menor preço, mediante apresentação de três orçamentos pela contratada e sujeitos a prévia autorização da contratante.**
- q) **Para realização dos serviços, além das peças, o contratado orçará o valor referente a mão de obra considerando a hora/trabalho e pelo percentual de desconto do preço a vista das tabelas das montadoras para peças e acessórios utilizados.**

Todo serviço somente será realizado após autorização do Fiscal do Contrato.

- r) Caso o serviço a ser realizado não esteja determinado nas partes descritas do anexo II, o valor do serviço também em casos excepcionais será determinado pelo hora trabalhada de acordo com TABELA TEMPÁRIA DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA – SAEB, disponível em: [http://www.smv.ba.gov.br/saeb/tabela\\_temparia\\_SMV.zip](http://www.smv.ba.gov.br/saeb/tabela_temparia_SMV.zip).
- t) Se ainda assim o serviço a ser realizado não esteja contemplado na tabela tempária, será solicitado ao contratado a apresentação do quantitativo de horas a realizar
- u) **A CONTRATANTE poderá recusar o orçamento ou pedir revisão, devendo a CONTRATADA, executar e fornecer o que for aprovado;**
- v) Os serviços serão executados por profissionais competentes; com capacitação técnica para solucionar o(s) defeito(s), selecionados pela contratada e legalmente aptos.
- x) As peças substituídas terão a garantia do fabricante e os serviços realizados terão a garantia de 90 (noventa) dias.
- z) No caso de configuração de valor abusivo a empresa deverá submeter justificativa de preço praticado ao Contratante respondendo por eventual dolo ou culpa decorrente de erro ou omissão, inclusive com ressarcimento de valores.

#### **OBSERVAÇÕES:**

- a.1) Fica estabelecido que os veículos, objeto da presente licitação não poderão sofrer intervenção de terceiros, sem prévia autorização por escrito da CONTRATADA ou nos

casos em que a empresa contratada não seja autorizada pelo fabricante para realizar serviços nos veículos, sem haver a perda da garantia;

- a.2) As peças substituídas deverão ser apresentadas ao fiscal do contrato no momento da devolução do veículo para conferência e após o Contratado deverá realizar seu devido descarte.
- a.3) Fica estabelecido que a CONTRATANTE poderá solicitar orçamentos de serviços de reparo e em casos de recusa não aprovação, e não autorização de tais serviços, não incidirá a cobrança de pagamentos de quaisquer taxas administrativas, pré-serviços, avaliação/visita técnica, bem como montagem e desmontagem dos veículos.
- a.4) Fica estabelecido que todo veículo após realização da manutenção deverá ser entregue lavado e aspirado.

## **6.2 DOS DEMAIS SERVIÇOS**

Além dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, descritos acima, o contratado executará, por demanda, os seguintes serviços:

- 6.2.1 Lavagem Externa / Interna – Consiste na lavagem veicular com aspiração e lavagem de carpetes.
- 6.2.2 Enceramento de Pintura – Polimento com cera em pasta em toda funilaria do veículo.
- 6.2.3 Serviços de Funilaria e Pintura:

O **serviço de funilaria** é utilizado para consertar peças automotivas que tenham, por algum motivo, sofrido danos que envolvam a lataria ou pintura.

Reparos na lataria do veículo oriundas de colisões que não tenham provocado avarias nas partes estruturais do veículo. Na execução desses serviços, não há necessidade de substituição das peças do veículo, preservando a originalidade do carro.

O serviço de funilaria e pintura restaura completamente o veículo após danos à lataria. Através da funilaria e pintura, se consegue reverter desde avarias leves, causadas por pequenas batidas, até os efeitos mais graves, ocasionados por colisões mais fortes. A funilaria e pintura encarrega-se de trazer de volta a estrutura original de seu veículo e recuperar todos os estragos causados por acidentes de pequeno ou grande porte.

Estes serviços foram divididos em 5 partes: Frente, lados, teto, chassi, assoalho, lastro e fundo. A frente do veículo consiste dos retrovisores para frente; os lados consistem do retrovisor até a caixa de roda traseira; o fundo consiste da caixa de roda traseira até o término do veículo e o teto, consiste em toda a parte superior, chassi compreende toda estrutura rígida sobre a qual é construído e estruturado sendo a parte essencial para segurança do carro, assoalho compreende o local onde pisa dentro do veículo, lastro compreende toda extensão em baixo do veículo.

Os serviços de funilaria e pintura serão cobrados de forma unitária para o local em que se fará o trabalho, devendo ser cobrado como uma unidade estimada no mês, por veículo, independente, do tamanho e complexidade do serviço., de acordo com a tabela tempária.

- 6.2.4 Serviço de Montagem, conserto, alinhamento e balanceamento de Pneus – Serviços nos pneus, câmaras, jantes e calotas, abrangem todos os pneus disponíveis para os aros 14 ao 24, devendo ser executado e contabilizado de forma unitária. Exceto o serviço de alinhamento e balanceamento cujo serviço engloba todas as rodas dos veículos.

## **7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 7.1 Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 7.2 É vedada a subcontratação de outra empresa para prestação dos serviços contínuos licitados, exceto, serviços de borracharia, guincho, chaparia e limpeza, desde que haja previa anuência da contratante;

- 7.3 Arcar com o ônus decorrente de eventuais danos causados, direta ou indiretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, em função da execução do Contrato;
- 7.4 Manter durante a execução do Contrato as condições exigidas para a contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal;
- 7.5 Cumprir fielmente o que estabelece as cláusulas e condições do contrato, de forma que os serviços a serem executados mantenham o veículo em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento, mediante assistência técnica e serviços de manutenção preventiva e corretiva;
- 7.6 Executar fielmente e dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e eventuais complementações da CONTRATANTE, conforme documentos integrantes do Contrato e rigorosa observância dos demais detalhes e Ordens de Serviços emanadas e/ou aprovadas pelo CONTRATANTE, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços;
- 7.7 Realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva a que se refere a contratação, através de prestadores devidamente capacitados;
- 7.8 Executar os serviços no prazo não superior a 10 (dez) dias úteis para os casos de retífica de motor e 03 (três) dias úteis para os demais serviços, contados a partir da autorização da realização do serviço e substituição de peças, mediante aprovação total ou parcial do orçamento apresentado, devendo o veículo ser entregue após a execução do serviço, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, lavado interna e externamente;
- 7.9 Atender prontamente todas as solicitações de socorro mecânico recebidas do Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contados do registro da solicitação de atendimento;**
- 7.10 Fornecer todo material necessário à manutenção preventiva e corretiva, dispondo de todas as ferramentas, equipamentos, pessoal e instalações adequados ao tipo de serviço a ser realizado;
- 7.11 Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e (ou) fazer, prioritariamente e exclusivamente à sua custa e risco, no total ou em parte, as peças substituídas ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pela CONTRATANTE, decorrente de culpa da CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, **ou que a peça não tenha o tempo útil médio** sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATANTE, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e (ou) dentro do prazo de garantia,
- 7.12 Utilizar somente peças, inclusive materiais e acessórios genuínos (entende-se por genuínas aqueles (as) produzidas pelos fornecedores ou pelas próprias montadoras, geralmente, encontradas na rede de concessionárias com a marca do fabricante dos automóveis. Podem ser importadas ou nacionais), não podendo valer-se em nenhuma hipótese de itens similares, usados, reconicionados, remanufaturados, **salvo em casos excepcionais mediante autorização escrita do CONTRATANTE e justificativa formal da CONTRATADA.**
- 7.13 Encaminhar ao Fiscal do Contrato, após a manutenção, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o relatório de Assistência Técnica, discriminando todos os itens revisados, consertados e substituídos, e ainda, o diagnóstico técnico referente aos problemas que ocasionaram tais defeitos;**
- 7.14 Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado;
- 7.15 Observar e adotar todas as normas de segurança e prevenção contra incêndios, e recomendações das leis vigentes;
- 7.16 Responder por avarias, danos e desaparecimento de bens, inclusive os equipamentos acessórios, causados por seus empregados, ou prepostos, não se eximindo ou transferindo a sua responsabilidade à CONTRATANTE, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei n.º 8.666/93;

- 7.17 Permitir o acesso às instalações da CONTRATADA e às instalações das suas subcontratadas quando houver, para o acompanhamento, parcial ou total, dos serviços durante a sua execução;
- 7.18 Disponibilizar local apropriado para guarda e conservação do veículo, devendo ser em área coberta, ao abrigo do sol e da chuva em tempo integral, com total segurança, enquanto estiverem sob a responsabilidade da CONTRATADA;
- 7.19 Assumir as responsabilidades de tráfego, tais como, multas, estacionamento, taxas, dentre outros, desde que ocorram quando o veículo estiver sob o uso em teste pela CONTRATADA;
- 7.20 Remover o veículo com defeito para oficina através de guincho apropriado no prazo máximo de 02 (duas) horas, para atendimento de socorro mecânico,
- 7.21 Fornecer, sempre que solicitado, ao Fiscal do Contrato, relatório de manutenção contendo o registro de todo trabalho efetuado e das peças porventura fornecidas;
- 7.22 Apresentar, sempre que solicitado pelo Fiscal do Contrato, documentação que comprove a procedência das peças destinadas à substituição;**
- 7.23 Realização dos serviços de borracharia em no máximo 1 (uma) hora a contar da apresentação do veículo;
- 7.24 Realização dos serviços de limpeza interna e externa em no máximo 2 (duas) horas a contar da apresentação do veículo;

## **8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 8.1 Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à prestação dos serviços;
- 8.2 Supervisionar a execução da prestação dos serviços, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob o aspecto quantitativo e qualitativo;
- 8.3 Facilitar o acesso do pessoal da CONTRATADA, dentro das normas que disciplinam a segurança e o sigilo, aos locais de execução das tarefas, além de fornecer, sem ônus, os demais elementos necessários à perfeita execução dos serviços;
- 8.4 Atestar a execução da prestação dos serviços e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida no Contrato.
- 8.5 Deduzir e recolher os tributos devidos na fonte sobre os pagamentos efetuados à CONTRATADA;
- 8.6 Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do serviço desejado, comunicando à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços;
- 8.7 Solicitar à CONTRATADA os esclarecimentos que julgar necessários quanto à execução dos serviços, que deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem indagações de caráter mais especializado, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;
- 8.8 Exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer prestador de serviço ou preposto que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- 8.9 Rejeitar, no todo ou em parte, manutenção ou reparo executados em desacordo com este Termo de Referência, Edital, Contrato, anexos ou proposta da CONTRATADA, comunicando imediatamente as irregularidades constatadas;

## **9 DA ESTRUTURA DO ATENDIMENTO**

- 9.1 A contratada deverá manter em Salvador uma representação da sua matriz ou escritório administrativo dotado de infraestrutura e unidades de forças de trabalho suficientes, visando

atender com celeridade às solicitações referentes às obrigações constantes neste Termo de Referência e Contrato de Prestação de Serviços.

9.2 A contratada deverá indicar formalmente um Gerente de Contrato (Preposto), que será o responsável local pela relação entre a Contratante e a Contratada, conforme instrumento contratual.

## **10 DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS**

A adjudicação será para a empresa que apresentar a proposta de acordo com as especificações e ofertar o menor preço global.

## **11 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Visando a verificação da qualificação técnica, por ocasião da realização do certame licitatório, as empresas licitantes deverão apresentar, além de outros requisitos legais, o seguinte:

- a) Atestado de capacitação técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.
- b) Declaração de que dispõe ou se compromete a dispor em suas instalações os aparelhos, equipamentos, instrumentos e ferramentas adequados e disponíveis para realização do objeto da licitação, conforme lista prevista no item 12.1.1 deste Termo de Referência.

## **12 DAS VISTORIAS**

### **12.1 DA REALIZAÇÃO DE VISTORIA PELA SMS**

12.1.1 Após o ato de declaração do vencedor no sistema eletrônico, exaurida a fase recursal e antes do ato homologatório, **como condição para assinatura do contrato**, a área técnica realizará vistoria no endereço das instalações da licitante para avaliar as condições físicas, pessoal, aparelhamento e ferramentas, conforme previsto abaixo:

- Área coberta para abrigar no mínimo 20% da frota de veículos, totalmente murada (para todos os lotes);
- Cobertura nas áreas de serviços (para todos os lotes);
- Equipamento de check-up eletrônico (para o lote 3);
- Máquina de limpeza de bicos injetores (para o lote 3);
- Aparelho de diagnóstico de injeção (para o lote 3);
- Equipamento de análise eletrônica e diagnóstico (para análise e leitura das partes elétricas e eletrônicas do veículo (para o lote 3);
- Macaco hidráulico (para os lotes 3 e 4);
- Medidor de pressão do sistema de arrefecimento (para o lote 3);
- Elevador de veículos (para o lote 3);
- Balanceadora (para o lote 4);
- Rampa para alinhamento (para o lote 4);
- Alinhador computadorizado (para o lote 4).

12.1.2 A vistoria tratada no subitem 9.1.1 será realizada 03 (três) úteis dias após o exaurimento da fase recursal.

### **12.2 DA REALIZAÇÃO DE VISTORIA PELAS LICITANTES**

- 12.2.1 É facultado as licitantes a realização de vistoria da frota dos veículos da SMS, que se encontram na sede da Garagem, sito à Rua Visconde de Porto Alegre, nº 09 – IAPI, e nas demais unidades da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, dentro dos limites do município da cidade do Salvador para conhecimento das condições de conservação.
- 12.2.2 Para vistoriar os veículos, as empresas interessadas deverão procurar, através de um responsável técnico, a Subcoordenação de Atendimento e Serviços Gerais - CAD, telefone (71) 3202-1020, na sede da SMS, na Rua da Grécia, Comércio, Caramuru, de 13:00h às 17:00h, (três) dias úteis anterior à data da realização da licitação, recebendo a(s) Declaração (ões) de Vistoria que será (ao) assinadas pelo Representante Técnico da empresa e pelo Subcoordenador da CAD.
- 12.2.3 Não será admitida, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos serviços e de dificuldade técnica não prevista.

### **13 DO FATURAMENTO**

- 13.1 Todos os serviços e peças deverão ser cobrados mensalmente a SMS através de fatura de prestação de serviço, conforme critérios estabelecidos no Decreto 23.750/2013 e Portaria nº 100/2013 /SEFAZ;
- 13.2 A fatura deverá detalhar e separar o valor dos serviços e o valor das peças.

### **14 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 14.1 O prazo da contratação será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, a critério da contratante e concordância da contratada, por iguais e sucessivos períodos, até o limite definido na Lei 14.133/2021.

### **15 DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 15.1 O acompanhamento, a fiscalização e o recebimento do serviço contratado serão realizados pela Coordenadoria Administrativa – CAD/SMS, através da Subcoordenadoria de Atendimento e Serviços Gerais, que terá poderes para:
- a) Transmitir à CONTRATADA as determinações que julgarem necessárias;
  - b) Recusar o fornecimento realizado em desacordo com este instrumento, com o edital de licitação, contrato e seus anexos.
  - c) Realizar inspeções e verificações julgadas necessárias ao fiel cumprimento dos serviços objeto deste Termo.
- 15.2 A fiscalização por parte da CONTRATANTE não exime nem reduz a responsabilidade da s CONTRATADA no cumprimento dos seus encargos.

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ANEXO I – RELAÇÃO DOS VEÍCULOS**

**VEÍCULOS DE PEQUENO PORTE**

<b>ITEM</b>	<b>PLACA</b>	<b>MODELO</b>	<b>ANO</b>
1	JSO 3844	FIAT/UNO MILLE ECONOMY	2009
2	JSO 6297	FIAT/DOBLO HLX 1.8 FLEX	2009
3	NTO 1547	FORD/COURIER VIDA AMB	2010

**VEÍCULOS DE GRANDE PORTE**

<b>ITEM</b>	<b>PLACA</b>	<b>MODELO</b>	<b>ANO</b>
1	JPZ 1477	VW/17210 NEOBUS MEGA	2001
2	JPZ 1469	VW/NEOBUS MEGA 16210	2001
3	JPZ 2676	IVECO/5912 NEOBUS TBOY	2003
4	NZE 7165	I/M.BENZ SPRMODIFICAR.CM	2011
5	JRM 3552	IVECO/DAILY13 RONTAN AME	2007
6	OZR 2077	MASTER FURGÃO	2014
7	OZR 1802	MASTER FURGÃO	2014
08	PKO7039	MITSUBISHI L200 TRITON GL DIESEL 3.2MT	2017
09	PKO7970	MITSUBISHI L200 TRITON GL DIESEL 3.2MT	2017
10	SJV1B36	RENAULT/MASTER PL3 MOB.CM	2023
11	SJV6C66	RENAULT/MASTER PL3 MOB.CM	2023
12	SJV5A17	RENAULT/MASTER PL3 MOB.CM	2023

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO II - RELAÇÃO SERVIÇOS**

**MANUTENÇÃO VEICULAR**

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. ESTIMADA H/H/MÊS (Y)	VALOR HOMEM/HORA/MÊS R\$	VALOR MENSAL DO SERVIÇO
SERVIÇO (MÃO DE OBRA)	HOMEM/HORA/MÊS (h/h/mês)	300		
MATERIAL (PEÇAS ACESSÁRIOS COMPONENTES E/OU MATERIAIS)	% DESCONTO	<b>VALOR ESTIMADO DAS PEÇAS/MÊS (Z)</b>	<b>PERCENTUAL DESCONTO (%)</b>	<b>VALOR TOTAL DAS PEÇAS</b>
		40.000,00		
<b>VALOR TOTAL MENSAL</b> Formula: $VTM = (h/h \times Y) + (z-\%)$				
<b>VALOR TOTAL ANUAL</b>				

$VTM = (H/H \times Y) + (Z-\%)$ , sendo:

H/H = valor do homem hora com no máximo duas casas decimais, depois da virgula.

% = Percentual de desconto sobre os preços unitários das peças a serem fornecidas constantes a tabela do fabricante, com no máximo duas casas decimais, depois da virgula.

Z = Valor estimado peças mês

Y = Quantidade estimada de hora/homem por mês

Declaro que nos preços estão inclusas todas as despesas que incidem direta e indiretamente sobre os serviços prestados, tais como impostos, taxas, tributos, insumos, mão de obra e outras.

Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

### SERVIÇOS DE MECÂNICA

DESCRIÇÃO
Revisão Preventiva- VEICULOS PEQUENO PORTE
Revisão Preventiva - VEICULOS GRANDE PORTE
Serviço de manutenção corretiva de RETIFICA P PORTE
Serviço de manutenção corretiva de RETIFICA G PORTE
Serviço de manutenção corretiva de SUSPENSÃO DIANT. P PORTE
Serviço de manutenção corretiva de SUSPENSÃO DIANT. G PORTE
Serviço de manutenção corretiva de SUSPENSÃO TRAS P PORTE
Serviço de manutenção corretiva de SUSPENSÃO TRAS G PORTE
Serviço de manutenção corretiva de TROCA DE BATERIA
Serviço de manutenção corretiva de FREIO P PORTE
Serviço de manutenção corretiva de FREIO G. PORTE
Serviço de manutenção corretiva de MOTOR P. PORTE
Serviço de manutenção corretiva de MOTOR G. PORTE
Serviço de manutenção corretiva de TRANSMISSÃO P. PORTE
Serviço de manutenção corretiva de TRANSMISSÃO G. PORTE
Serviço de manutenção corretiva de ELETRO ELETRÔNICA
Serviço de Guincho (reboque)
<b>DEMAIS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM LOCAIS NÃO ESPECIFICADOS NESTE ANEXO (VALOR UNITÁRIO POR HORA) ( 30h)</b>

**SERVIÇOS DE FUNILARIA**

DESCRIÇÃO	QUANT. ESTIMADA /MÊS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR ESTIMADO MENSAL (R\$)	VALOR ESTIMADO GLOBAL (R\$)
Serviço de manutenção corretiva de FUNILARIA E PINTURA FRENTE – PEQUENO PORTE	2			
Serviço de manutenção corretiva de FUNILARIA E PINTURA FRENTE – G PORTE	2			
Serviço de manutenção corretiva de FUNILARIA E PINTURA LADOS – P. PORTE	2			
Serviço de manutenção corretiva de FUNILARIA E PINTURA LADOS – G PORTE	2			
Serviço de manutenção corretiva de FUNILARIA E PINTURA FUNDO - P. PORTE	2			
Serviço de manutenção corretiva de FUNILARIA E PINTURA FUNDO - G. PORTE	2			
Serviço de manutenção corretiva de FUNILARIA E PINTURA TETO	2			

**LAVAGEM**

DESCRIÇÃO	QUANT. ESTIMADA /MÊS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR ESTIMADO MENSAL (R\$)	VALOR ESTIMADO GLOBAL (R\$)
LAVAGEM EXTERNA / INTERNA P. PORTE	16			
LAVAGEM EXTERNA / INTERNA G. PORTE	25			
ENCERAMENTO DE PINTURA	3			

**BORRACHARIA**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANT. ESTIMADA /MÊS</b>	<b>VALOR UNITÁRIO R\$</b>	<b>VALOR ESTIMADO MENSAL (R\$)</b>	<b>VALOR ESTIMADO GLOBAL (R\$)</b>
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE MONTAGEM DE PNEU	20			
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE CONSERTO DE PNEU	20			
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE ALINHAMENTO DE BALANCEAMENTO CORRETIVA	12			

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2025**

**ANEXO III**

**MODELOS DE DECLARAÇÕES A SEREM APRESENTADAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA.**

**a) DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU PARENTESCO**

(Nome da pessoa física/jurídica) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a). \_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para todos os efeitos legais que:

**1. Não possui sócio (s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m):**

- a) cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou que tenham ocupado os mencionados cargos/funções, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório;
- b) cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Administrativo, ou que tenham ocupado os mencionados cargos, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório;

**2. Está ciente da vedação:**

- a) da subcontratação, quando autorizada pelo CONTRATANTE, de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento vinculado direta ou indiretamente a unidade situada na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou se deles forem companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau inclusive; e
- b) da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços, caso a CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento vinculados ao CONTRATANTE.

**3. São verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal.**

Local, data ..... /...../.....

\_\_\_\_\_  
Assinatura e nome legível da pessoa física/jurídica  
(Sócio responsável pela empresa)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2025**

**b) DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018**

1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do Edital/instrumento contratual.
3. As partes responderão administrativa e judicialmente, caso causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
4. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste Edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.
5. A LICITANTE/CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.
6. A LICITANTE/CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir causar risco ou dano relevante aos Titulares de Dados Pessoais, apresentando as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD, cabendo ao CONTRATANTE as demais obrigações de comunicação previstas no referido artigo.
7. O canal de comunicação em caso de incidentes de segurança será o Comitê Gestor de Dados Pessoais.

Local, data ..... /...../.....

---

Assinatura e nome legível da pessoa física/jurídica  
(Sócio responsável pela empresa)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2025**

**c) DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS**

A LICITANTE/CONTRATADA declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local, data ..... /...../.....

---

Assinatura e nome legível da pessoa física/jurídica  
(Sócio responsável pela empresa)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2025**

**d) DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

A LICITANTE/CONTRATADA declara que cumprirá, caso aplicável, as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

Local, data ..... /...../.....

\_\_\_\_\_  
Assinatura e nome legível da pessoa física/jurídica  
(Sócio responsável pela empresa)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2025**

**e) DECLARAÇÃO DE QUE PODE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DE ME E EPP**

A LICITANTE/CONTRATADA declara, para todos os efeitos legais, que, no ano-calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

Local, data ..... /...../.....

\_\_\_\_\_  
Assinatura e nome legível da pessoa física/jurídica  
(Sócio responsável pela empresa)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2025**

**f) DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (...).

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Local, data ..... /...../.....

---

Assinatura e nome legível da pessoa física/jurídica  
(Sócio responsável pela empresa)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2025**

**g) DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL E ANEXOS**

O LICITANTE, (razão social), inscrita sob o CNPJ nº \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_ (endereço completo), por meio de seu representante legal, (qualificação), em atendimento ao disposto no Edital, declara para os devidos fins, que tem pleno conhecimento do Edital nº...../..... e seus Anexos e todas as informações, das condições locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, e ainda, que aceita como válida a situação em que se encontra para a realização dos serviços a que se refere ..... nº...../..... e por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei, nos termos do inciso VI, art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Local, data ..... /...../.....

\_\_\_\_\_  
Assinatura e nome legível da pessoa física/jurídica  
(Sócio responsável pela empresa)

**PREGÃO ELETRÔNICO – SMS N.º 151/2025**

**h) DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DECRETO MUNICIPAL N° 23.856/2013**

Declaramos para os devidos fins que, na hipótese de tornar-me vencedor do certame, no momento da contratação terei que comprovar a abertura de conta corrente no **BANCO BRADESCO S/A**, através da qual serão efetuados os pagamentos, em obediência ao Decreto municipal nº 23.856/2013, sob pena de sofrer sanções cabíveis pela Administração Pública.

Local, data ..... /...../.....

---

Assinatura e nome legível da pessoa física/jurídica  
(Sócio responsável pela empresa)

## **ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO**

O MUNICÍPIO DO SALVADOR, através da Secretaria Municipal da Saúde, com sede na Rua da Grécia nº 03, Edf: Caramuru, Comércio, CEP 40.010-010, Salvador - Bahia, CNPJ n.º 13.927.801/0005-72, neste ato representada pelo seu titular Sr(a). XXXXXXXXX, devidamente autorizado por ato de delegação do Sr. Prefeito XXXXXXXX, pelo Decreto publicado no D.O.M. de XXXXXXXX, doravante denominada CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa XXX, inscrita no CNPJ/MF sob n.º XXX, com sede na Rua XXXX, n.º XX, Bairro XXXX, CEP: XXXX, Salvador - BA, Telefone: (71) XXXXX, E-mail: XXXX, representada pela Sr. XXXXX, R.G. N.º XXXX, CPF n.º XXXXX, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe o Decreto Municipal nº. 38.539/2024, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente instrumento, que reger-se-á pelas normas gerais da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, mediante as seguintes cláusulas e condições:

- a) Pregão Eletrônico – SMS XXX/XXXX
- b) Processo Administrativo – 52356/2025

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

- 1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, da frota de veículos próprios e cedidos, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, de acordo com o Termo de Referência, constante no Anexo I.
- 1.2 O serviço contratado será realizado sob o regime de empreitada por preço unitário.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO**

- 2.1 A despesa deste contrato correrá pelo Projeto/Atividade 10.122.0014.250106, 10.302.0002.215100, 10.302.0002.215600 e 10.301.0014.232300; Elemento de Despesa 3.3.90.30 e 3.3.90.39, Fonte de Recurso 1.500.1.1.3.001, 1.600.3.0.0.000, 1.754.1.0.0.00 e 1.753.3.1.1.001, no orçamento relativo ao exercício de 2025 e o correspondente nos exercícios subsequentes.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO**

- 3.1 O valor anual estimado para o presente contrato é R\$ XXXXX (XXXXX), sendo que o valor estimado para manutenção preventiva é de R\$ XXXXX (XXXXX), e o valor estimado para a reposição de peças e acessórios através da manutenção corretiva é de R\$ XXXXX (XXXXX), para o período de 12 (doze) meses, tendo o seu valor mensal estimado em R\$ XXXXX (XXXXX), sendo que o valor mensal estimado para a manutenção preventiva é de R\$ XXXXX (XXXXX) e o valor mensal estimado para reposição de peças e acessórios através da manutenção corretiva é de R\$ XXXXX (XXXXX), conforme quantitativos de procedimentos realizados e aprovados pela CONTRATANTE, de acordo com os valores constantes no ANEXO II.
  - 3.1.1 Caso o serviço sofra a incidência do Imposto de Renda, o documento de cobrança (nota fiscal) deverá constar o valor a ser retido a título deste Imposto, conforme decreto municipal nº 35.069/2022, de acordo com a alíquota estabelecida na Instrução Normativa SEFAZ/DTM/CTM Nº 01 de 28/02/2022.
- 3.2 Conforme o Decreto Municipal nº 23.856/2013, os pagamentos aos fornecedores dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta somente serão efetuados mediante crédito em conta corrente mantida no **BANCO BRADESCO S/A**, salvo as exceções do art. 5º, parágrafo único no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega da nota fiscal eletrônica de serviços e a aprovação da mesma pela área técnica.

- 3.3 Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajuste de preço.
- 3.4 Havendo erro no documento de cobrança ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa para que a CONTRATADA adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerado, para efeito de pagamento, a data de reapresentação da fatura, devidamente corrigida.
- 3.5 A Administração poderá sustar no todo ou em parte os pagamentos devidos, sempre que ocorrerem irregularidades na prestação dos serviços ou no documento de cobrança.
- 3.6 O faturamento deverá ser encaminhado pela CONTRATADA, em formato eletrônico, contendo os seguintes documentos:
- 3.6.1 Para a Manutenção Preventiva:
- 3.6.1.1 Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, contendo o período do Serviço e o número do Contrato;
  - 3.6.1.2 Demonstrativo de faturamento indicando de forma consolidada o quantitativo de serviços realizados por tipo de veículo;
  - 3.6.1.3 Ordens de serviços individualizadas, contendo os veículos e os serviços realizados, devidamente assinada pelo responsável da Subcoordenadoria de Atendimento e Serviços Gerais;
- 3.6.2 Para a Manutenção Corretiva (reposição de peças e acessórios):
- 3.6.2.1 DANFE contendo a descrição das peças aprovadas em orçamento, período do Serviço e o número do Contrato;
  - 3.6.2.2 Demonstrativo de faturamento, indicando de forma consolidada o valor executado em cada veículo;
  - 3.6.2.3 Orçamento com a respectiva aprovação da Subcoordenadoria de Atendimento e Serviços Gerais;
  - 3.6.2.4 Ordens de serviços individualizadas, contendo os veículos e os serviços realizados, devidamente assinada pelo responsável da Subcoordenadoria de Atendimento e Serviços Gerais;
- 3.6.3 Certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa de regularidade fiscal federal, estadual, municipal e com a Justiça do Trabalho (CNDT);
- 3.6.4 Certificado de regularidade vigente com o FGTS;
- 3.7 Os documentos elencados no item 3.6, deverão ser encaminhados por meio digital, contendo as seguintes características:
- 3.7.1 PDF pesquisável;
  - 3.7.2 Tamanho do arquivo até 10 MB;
- 3.8 A CONTRATADA, antes da formalização do 1º Faturamento, necessitará entrar em contato com a Subcoordenadoria de Contratos e Convênios a fim de ser informada para qual endereço eletrônico encaminhará os documentos constantes no item 3.6.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO**

- 4.1 O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses** podendo ser renovado por iguais períodos, e no limite da Lei, na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante formalização de termo aditivo assinado entre as partes.

- 4.2 A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao presente, respeitando prazo de vigência do Contrato, fica condicionada à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento do Fundo Municipal da Saúde – FMS.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO**

- 5.1 A alteração de quaisquer das cláusulas ou condições contidas neste contrato, só poderá ser procedida através de termo aditivo assinado pelas partes ou de apostila para aplicação de reajuste contratual.
- 5.2 Os preços são fixos e somente reajustáveis na forma da lei, a partir de 12 (doze) meses da última proposta de preços apresentada, onde ocorrerá a aplicação do IPCA/E - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
- 5.2.1 O reajuste se dará através de apostila ao contrato após devida conclusão de processo administrativo.
- 5.2.2 Na existência de valores retroativos ocorridos devido ao reajustamento, estes poderão ser solicitados através de nota fiscal própria.
- 5.2.3 A base de cálculo para aplicação do primeiro reajuste será a variação de 12 meses da data da última proposta de preços apresentada pelo CONTRATADO no certame licitatório, aplicado a partir do 13º mês desta proposta e os demais reajustes seguirá a variação dos 12 meses seguintes aplicado a partir do novo aniversário da proposta de preços.
- 5.2.4 O pleito de reajuste deverá ser solicitado pela Contratada antes de realizada a prorrogação do contrato, caso contrário fica prescrito o reajuste do período não solicitado.
- 5.3 A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, com vistas a atender a superveniência do interesse público.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO INÍCIO E DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 6.1 O início da prestação dos serviços se dará a partir da assinatura do contrato;
- 6.2 Os serviços prestados devem obedecer o quanto descrito no Termo de Referência e seus anexos;

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 7.1 A Contratada deverá seguir as obrigações descritas no Termo de Referência, anexo I;
- 7.2 A Contratada é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência;
- 7.3 A CONTRATADA responsabilizar-se-á por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 8.1 Seguir as obrigações constantes no Termo de Referência, anexo I.
- 8.2 Especificar e estabelecer diretrizes para aceitação dos serviços executados ou produzidos pela Contratada.

- 8.3 Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;
- 8.4 Caberá à CONTRATANTE a fiscalização, acompanhamento e monitoramento dos serviços prestados;

#### **CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

- 9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
  - 9.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;
  - 9.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 9.1.3 der causa à inexecução total do contrato;
  - 9.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - 9.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - 9.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 9.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - 9.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
  - 9.1.9 fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 9.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 9.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
  - 9.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
  - 9.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
  - 9.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
  - 9.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
  - 9.2.4 Multa:
    - 9.2.4.1 moratória de 0,5% (cinco décimos de por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15% (30) dias;
    - 9.2.4.2 compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).
- 9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

- 9.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- 9.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 9.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :
- 9.6.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.6.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 9.6.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.6.4 os danos que dela provierem para o Contratante;
- 9.6.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 9.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).
- 9.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).
- 9.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 9.11 A unidade Administrativa responsável pela apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de idoneidade para licitar e contratar, além da aplicação de advertência e multa é a Secretaria Municipal de Gestão, através da Comissão Central Permanente de Cadastro e Avaliação de Fornecedores – COMPEC.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 10.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

- 10.1.1 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
  - 10.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
  - 10.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 10.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 10.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
  - 10.2.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
    - 10.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 10.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 10.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - 10.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - 10.3.3 Indenizações e multas. Pela ocorrência de fatos que venham a impedir ou dificultar o acompanhamento, a avaliação e a auditoria pelos órgãos competentes da SMS ou do Ministério da Saúde.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESILIÇÃO**

- 11.1 A rescisão dar-se-á por conveniência da Administração, desde que devidamente justificada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUB-CONTRATAÇÃO.**

- 12.1 O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou sub-contratação, no todo ou em parte.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS**

- 13.1 Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do presente contrato, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na Norma Tributária.
- 13.2 A CONTRATADA declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, contribuições fiscais, parafiscais, emolumentos, encargos sociais e todas as despesas incidentes sobre a compra do material, inclusive frete, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
- 13.3 Ficando comprovado, depois do negócio realizado e antes da entrega do objeto que a CONTRATADA acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a quaisquer tributos, encargos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais não incidentes sobre a compra contratada, tais valores serão imediatamente excluídos, com o reembolso do valor porventura pago à CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FACULDADE DE EXIGIBILIDADE**

- 14.1 Fica estabelecido que na hipótese da CONTRATANTE deixar de exigir da CONTRATADA qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA**

- 15.1 A CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 §1º da Lei nº 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
- 15.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 15.2 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.
- 15.3 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 15.3.1 Os prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 15.3.2 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;
- 15.3.3 Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.
- 15.4 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados acima.
- 15.5 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na conta do Banco do Brasil Ag. 3832-6 e Cc 930563-7, com correção monetária, em favor do contratante;
- 15.6 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 15.7 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 15.8 A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
- 15.8.1 Caso fortuito ou força maior;
- 15.8.2 Descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante;
- 15.8.3 Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Contratante.
- 15.9 Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.
- 15.10 Será considerada extinta a garantia:
- 15.10.1 No prazo de 3(três) meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

- 15.11 A caução em títulos da dívida pública consiste na entrega à Administração de título da dívida pública, que fica sob a tutela e guarda desta, vinculado, exclusivamente, a este Contrato, não podendo ser utilizada para nenhum outro fim.
- 15.11.1 Os títulos da dívida pública devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 15.12 O Seguro-garantia é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.
- 15.12.1 A apólice do seguro-garantia deve conter prazo de validade igual ao período de vigência do Contrato, acrescido de mais 90 (noventa) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do Contrato, sempre se mantendo os 90 dias após a última data de vencimento do Contrato.
- 15.12.2 O seguro deve efetuar a cobertura de todo o prazo contratual, contemplando a cobertura dos riscos de inadimplemento pela CONTRATADA dos encargos tributários, trabalhistas e sociais e ressarcimento das multas impostas à CONTRATADA, até o limite da garantia, devendo constar nas condições especiais.
- 15.12.3 Não será aceita a apólice de seguro que contenha ressalvas quanto à cobertura dos riscos mencionados.
- 15.12.4 A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram.
- 15.12.5 A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à CONTRATANTE em decorrência da má execução do Contrato.
- 15.13 A Fiança bancária consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da CONTRATADA, garante a plena execução do Contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.
- 15.13.1 Somente é aceita Fiança Bancária na via original e que apresente todos os requisitos a seguir:
- 15.13.1.1 Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art. 129 da Lei 6015, de 1973 (Lei de Registros Públicos);
- 15.13.1.2 Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do Contrato, acrescido de mais 90 dias, devendo ser tempestivamente renovada se estendida ou prorrogada essa vigência, sempre se mantendo os 90 dias após a última data de vencimento do Contrato;
- 15.13.1.3 Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- 15.13.1.4 Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406, de 2002 – Novo Código Civil;
- 15.13.1.5 Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual, previsto no parágrafo décimo primeiro deste cláusula;
- 15.13.1.6 Cláusula com a eleição de foro da Comarca do Município de Salvador - BA, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;

- 15.13.1.7 Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;
  - 15.13.1.8 O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “g” acima.
- 15.14 A perda da garantia em favor da CONTRATANTE, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste Contrato.
- 15.15 A qualquer tempo, mediante negociação prévia com a CONTRATANTE, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas nesta cláusula, após aceitação pela CONTRATANTE e registro no processo administrativo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- 16.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 16.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 16.3 A Secretaria Municipal da Saúde poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 16.4 A Fiscalização dos Serviços Executados fica a cargo da CAD – Coordenadoria Administrativa, através da Subcoordenadoria de Atendimento e Serviços Gerais, tendo estas as seguintes obrigações:
- a) Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
  - b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição dos fatos ocorridos;
  - c) Informar, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que sejam tomadas as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
  - d) Comunicar ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato;
  - g) Assinar o relatório de execução dos serviços;
  - h) Recusar a prestação de serviços realizada em desacordo com este instrumento e seus anexos.
- 16.4.1 A fiscalização por parte da Subcoordenadoria de Atendimento e Serviços Gerais não exime nem reduz a responsabilidade da prestadora de serviços no cumprimento dos seus encargos.
- 16.5 A gestão operacional do serviço, objeto deste contrato, será exercida pela Subcoordenadoria de Atendimento e Serviços Gerais, que terá poderes para:

- a) Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
  - b) Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
  - c) Reunir-se com a prestadora periodicamente e previamente agendada, a fim de passar as orientações que sejam pertinentes ao serviço prestado;
  - d) Atestar a Nota Fiscal dos serviços prestados baseado nos demonstrativos assinados pelos fiscais contratuais;
  - e) Oficializar a Subcoordenadoria de Contratos e Convênios acerca da inexecução parcial ou total dos serviços.
- 16.6 A Gestão Administrativa será exercida pela Coordenadoria Administrativa, através da Subcoordenadoria de Contratos e Convênios, que terá poderes para:
- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação do edital durante a execução contratual;
  - b) Receber o faturamento e proceder a abertura do processo de pagamento, para atesto do gestor operacional e fiscal do contrato;
  - c) Verificar e acionar a garantia contratual, quando necessário;
  - d) Notificar a CONTRATADA pela inexecução parcial ou total do presente contrato, quando oficializado;
  - e) Abrir processo Administrativo Punitivo com vistas à aplicação das penalidades previstas em lei;
  - f) Elaborar Termos Aditivos para prorrogações e alterações contratuais, solicitados pelo Gestor Operacional.
- 16.7 A CONTRATADA declara aceitar integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE.
- 16.8 A fiscalização por parte da CONTRATANTE não exime nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA no cumprimento dos seus encargos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ANTICORRUPÇÃO**

- 17.1 A **CONTRATADA** deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.
- a) Para os efeitos desta cláusula:
    - (i) **“práticas de corrupção”** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido ação de outra parte;
    - (ii) **“prática fraudulenta”** significa qualquer ato ou omissão de falsificação, inclusive falsidade ideológica, consciente ou inconscientemente, que engana ou tenta enganar, um indivíduo para obter benefício financeiro ou outro de qualquer ordem, ou com intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
    - (iii) **“prática colusiva”** significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um fim indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de terceiros;

- (iv) “**prática coercitiva**” significa prejudicar ou causar danos, direta ou indiretamente a qualquer parte interessada ou a sua propriedade para influenciar de modo incorreto as ações de uma parte;
  - (v) “**prática obstrutiva**” é
    - (aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco sobre alegações de uma prática de corrupção, fraude, coerção ou colusão; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para que esta não revele qualquer fato que seja de seu conhecimento em relação a questões relevantes para a investigação, ou para impedir que recorra à investigação ou a conduza, ou,
    - (bb) atos que objetivem impedir materialmente o exercício dos direitos de inspeção e auditoria do Banco, nos termos abaixo.
  - b) Rejeitará uma proposta de adjudicação se concluir que o licitante indicado se envolveu, de forma direta ou por meio de um agente, em prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva ou obstrutiva ao concorrer ao contrato em questão;
  - c) declarará viciado o processo de licitação e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de licitação ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;
  - d) Imporá sanções à pessoa física ou jurídica a qualquer tempo, em conformidade com seus procedimentos de sanções aplicáveis, incluindo declará-la inelegível publicamente, indefinidamente ou por prazo determinado, para (i) a outorga de um contrato financiado pelo Banco e (ii) ser um subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço designado de uma empresa elegível a quem se está outorgando um contrato financiado pelo Banco.
- 17.2 Se algum funcionário do Contratado tiver envolvimento em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante a licitação ou durante a execução do contrato esses profissionais devem ser retirados da equipe imediatamente.
- 17.3 O Contratado deverá permitir, e fará seus Subcontratados e Subconsultores permitirem, que o Banco e/ou pessoas designadas pelo Banco possam inspecionar o local e todas as contas e registros relativos à execução do Contrato e a apresentação da proposta, e ter as contas e registros auditados por auditores designados pelo Banco, se o Banco assim solicitar.
- 17.4 O Contratado e seus Subcontratados e Subconsultores devem observar com atenção a cláusula sobre [Práticas Corruptas ou Fraudulentas], que prevê, nomeadamente, que os atos destinados a impedir materialmente o exercício de inspeção do Banco e do direito de efetuar auditoria prevista nesta Sub-cláusula constituem uma prática proibida e sujeita a rescisão do contrato (bem como a uma determinação de inelegibilidade, de acordo com as Diretrizes de Aquisições do Banco).

**Obs:**

- 1 "Terceiros" refere-se a um agente público que atua em um processo de licitações ou na execução do contrato. Neste contexto, "agente público" inclui a equipe do Banco Mundial e os funcionários de outras organizações que examinam ou tomam decisões sobre licitações.
- 2 "Parte" refere-se a um agente público; os termos "benefício" e "obrigação" são relativos ao processo de licitações ou a execução do contrato; e o "ato ou omissão" objetiva influenciar o processo de licitação ou a execução do contrato.

- 3 “Partes” refere-se aos participantes do processo de licitação (incluindo os agentes públicos) que tentam estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos.
- 4 Uma "parte" refere-se a um participante no processo de licitação ou da execução do contrato.
- 5 Um subcontratado designado, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviços (nomes diferentes podem ser usados dependendo do edital da licitação) é que qualquer um que tenha sido:  
(i) incluído pelo licitante em sua pré-qualificação ou proposta ele porque traz experiência específica e know-how que são considerados na avaliação da pré-qualificação do licitante ou da sua proposta; ou  
(ii) indicado pelo mutuário.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

- 18.1 Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador, Capital do Estado da Bahia, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justas e acertadas, assinam as partes CONTRATANTES, o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Salvador, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

#### **TESTEMUNHAS:**

NOME \_\_\_\_\_

NOME

CPF: \_\_\_\_\_

CPF: